

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELE FERREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES QUE AS ADOLESCENTES GESTANTES, ATENDIDAS
E ACOMPANHADAS NO CRAS GRACIOSA, MUNICÍPIO DE COLOMBO – PR,
TÊM ACERCA DA MATERNIDADE.**

MATINHOS

2016

DANIELE FERREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES QUE AS ADOLESCENTES GESTANTES, ATENDIDAS
E ACOMPANHADAS NO CRAS GRACIOSA, MUNICIPIO DE
COLOMBO – PR, TÊM ACERCA DA MATERNIDADE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Serviço Social: A
questão social na perspectiva interdisciplinar,
Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lenir Maristela Silva

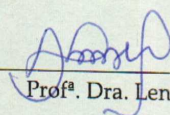
MATINHOS

2016

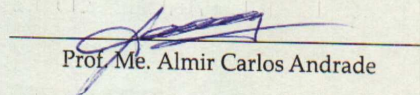
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **LENIR MARISTELA SILVA**, realizaram em **11/06/2016** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **DANIELE FERREIRA**, sob o título "*As Representações Sociais Que as Adolescentes Gestantes, Atendidas e Acompanhadas no CRAS Graciosa, Município de Colombo-PR Tem Acerca da Maternidade*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

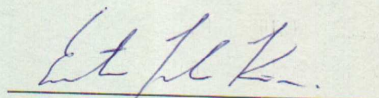
Matinhos, 11 de junho de 2016.



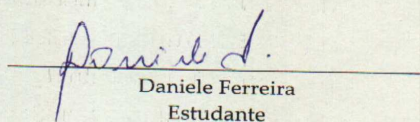
Prof.ª. Dra. Lenir Maristela Silva



Prof. Me. Almir Carlos Andrade



Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim



Daniele Ferreira
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as representações sociais das adolescentes gestantes, atendidas no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, possuem acerca da maternidade. O tema está presente em nossa sociedade já há muito tempo, a pesquisa foi realizada no município de Colombo/PR, o interesse em desenvolver a pesquisa, é devido o fato de no território de abrangência deste equipamento, o número de adolescentes gestantes, ou mães jovens, é muito alto.

A temática é uma expressão da questão social, sendo possível observar que em áreas de maior vulnerabilidade, a gestação na adolescência é comum e também visto com maior naturalidade, devido as condições em que se encontram. Trata-se de uma situação complexa, onde faz-se necessária a construção de um projeto de vida, de uma nova identidade, poder de resiliência e apoio, com foco na superação.

Palavras-chave: Adolescentes; gestantes; gênero.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the social representations of pregnant adolescents seen at the CRAS - Social Assistance Reference Center have about motherhood. The theme is present in our society long ago , the survey was conducted in the city of Colombo / PR, the interest in developing the survey, is due to the fact that the territory covered this equipment , the number of pregnant teenagers or mothers young people is very high.

The theme is an expression of the social question, and you can see that in most vulnerable areas, teenage pregnancy is more common and also seen more naturally, because the conditions in which they are. This is a complex situation, where the construction of a life project is necessary, a new identity, resilience power and support, focusing on overcoming.

Keywords: Adolescents; pregnant women; genre.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Resumo | 4 |
| Abstract..... | 5 |
| 1. Introdução..... | 7 |
| 1.1 Objetivo geral..... | 8 |
| 1.2Objetivos especificos..... | 8 |
| 1.3 Metodologia..... | 8 |
| 2. Gênero..... | 9 |
| 2.1 Legislações..... | 13 |
| 2.2 Sexualidade e Juventude..... | 19 |
| 3. Representações Sociais..... | 27 |
| 3.1 Contextualizando o CRAS Graciosa..... | 31 |
| 4. Representações que as adolescentes gestantes, atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa (município de Colombo – PR), têm acerca da maternidade..... | 31 |
| Considerações Finais..... | 42 |
| Anexo..... | 45 |
| Referenciais..... | 46 |

1. INTRODUÇÃO

Quais as representações que as adolescentes gestantes, atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa (município de Colombo – PR), têm acerca da maternidade? Essa questão norteia este estudo, pois a adolescência é um período complexo e, principalmente, para as mulheres, em função do despreparo, do não acolhimento familiar e do machismo, um período que pode marcar profundamente a vida. O corpo e a mente se transformam, são várias descobertas uma delas é a vida sexual, para umas mais cedo para outras mais tarde, normalmente o início da atividade sexual depende muito do contexto familiar. Mas com a atividade sexual para muitas, vem também a gravidez, e daí como lidar com uma situação tão complexa, um corpo que ainda está em desenvolvimento vai passar por mais modificações, a gestação, a maternidade. Essa situação de novidades e responsabilidades é um período difícil, caso a adolescente não tenha o apoio necessário dos pais e do companheiro, pode recorrer a meios alternativos, como o aborto ilegal, o qual é muito perigoso, podendo levar à morte ou à graves complicações.

A partir do momento que é detectada a gravidez é necessário que a adolescente tenha assistência, o pré-natal e um acompanhamento por equipe multiprofissional para que as dúvidas e dificuldades dessa adolescente sejam trabalhadas, visando o planejamento familiar, tentando assim evitar que em pouco tempo a adolescente seja surpreendida por uma nova gestação e também para que estejam preparadas para a nova fase de vida.

No CRAS Graciosa a demanda de adolescentes grávidas é muito grande, comparada ao número de adolescentes que acessam os serviços, por este motivo acredito que seja necessária uma aproximação com essas usuárias, tanto no período de pré-natal e pós-parto, levando informações e trabalhando para que elas possam se aceitar e entender o momento vivenciado, trabalhando também a questão da responsabilidade, pois a partir do momento em que a gravidez é detectada é preciso colaborar para que a adolescente entenda e compreenda o processo, estimular a ter um projeto de vida, o primeiro passo será tomar todos os cuidados e acompanhamento necessários durante a gestação.

1.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar as representações que as adolescentes gestantes, acompanhadas e atendidas no CRAS Graciosa têm acerca da maternidade.

1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Contextualizar a questão gênero.
- Conceituar o processo da adolescência.
- Apresentar legislações pertinentes.
- Descrever a visão e concepção que as adolescentes têm sobre a etapa da vida nesse momento.
- Relatar as dificuldades que elas vivenciam/vivenciaram devido suas condições na sociedade.

1.3 METODOLOGIA

A partir dos acontecimentos vivenciados no local de trabalho, na Prefeitura de Colombo, Secretaria de Assistência Social, no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Graciosa, surge um questionamento com relação as representações que as adolescentes gestantes têm a respeito da maternidade.

Em um primeiro momento é necessário buscar a aproximação da realidade na qual as adolescentes e suas famílias vivenciam, fazendo a ligação entre teoria e prática, faremos uma interlocução dialética com as famílias, a fim de obtermos uma compreensão das implicações ocorridas.

De acordo com a enfermeira, da unidade de saúde da região, no mês de maio/2016, temos 37 adolescentes em acompanhamento de pré-natal, as entrevistadas serão abordadas de maneira aleatória, conforme acessarem algum tipo de serviço no CRAS, ou então através de busca ativa. E importante relatar que muitas delas, procuram o CRAS nesse momento, na intenção de acessar o benefício do Programa Bolsa Família.

A partir dos relatos, das vivências e considerações das adolescentes que o projeto poderá atingir seus objetivos.

2. Gênero

Nesse trabalho serão abordadas as representações que as adolescentes gestantes acompanhadas e atendidas no CRAS Graciosa, tem acerca da maternidade.

Nos últimos tempos é possível notar que a temático gênero tem sido muito referenciada seja em debates, curso, palestras, trabalhos acadêmicos, mídia, enfim em vários campos. Mas essas abordagens não são relacionadas a uma mesma coisa, o gênero serve tanto para diferenciar algo como classificar diversos fenômenos.

"Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino". (LOURO, 1997, p.7 apud STANCK).

De acordo com a Revista Gênero de onde vens, para onde vais? O termo Gênero surgiu após muitos anos de luta, e várias tentativas de explicações teóricas sobre a origem da opressão das mulheres. O conceito veio para responder vários impasses como trabalho, identidade, família, poder, sexualidade, e principalmente uma explicação que apontasse com mais clareza, os caminhos para superação de tais opressões.

O gênero se trata de uma correlação não apenas de diferenciar os sexos como feminino e masculino, a construção social do gênero é muito mais complexa do que simplesmente identificar uma pessoa como sendo do sexo feminino ou masculino.

"A ênfase no caráter fundamentalmente histórico, social, cultural e linguístico do gênero, não significa negar que ele se constrói com – e através de – corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuados. Não se está, portanto, negando a materialidade do corpo ou dizendo que ela não importa, mais mudando o foco dessas análises" 13. (SCOOT, 1990, p. 13).

É possível analisar que "o gênero constrói o sentido da realidade biológica, de modo a se contrapor aos modelos teóricos que se fundamentam nas noções de que a biologia determina características, psicológico sociais". (CAMPOS, 2009), que acabam por diferenciar homens e mulheres.

A discussão em torno da categoria não é antiga, pois por cerca dos anos sessenta a construção social não era foco, não se preocupavam com tal questão.

“Na verdade, no mundo acadêmico, o termo gênero surgiu no momento em que pesquisadoras feministas buscavam, através dos chamados estudos sobre mulheres” (SIMEÃO, 2005), onde se buscava desnaturalizar a condição das mulheres vivenciadas naquele momento.

A desconstrução da ideia de que tudo que fosse relacionado às mulheres, pertence à natureza feminina, onde a visão para a mulher era algo centrado e imposto, nos estudos realizados era feita uma problematização com relação as características que homens e mulheres carregavam, como se suas ‘funções a serem realizadas’ já estivessem na carga genética de cada um, sempre impondo que os homens são superiores e as mulheres inferiores.

"Raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou ser escolhida como representante do grupo elas sempre eram esquecidas e cabia-lhes em geral o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres como fazer faixas ou panfletar (GROSSI, 1998, P.2)

Nos anos sessenta, junto ao movimento feminista, também surgiram outros movimentos reivindicatórios, cuja luta estava na denúncia das condições de opressão. A participação das mulheres era grande, mas aos poucos as mulheres puderam perceber que a luta não obtinha grandes resultados de igualdade com relação à política.

“No final dos anos 80, ocorre uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil. Sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero”. Apesar das diferentes áreas temáticas e correntes teóricas, há um consenso de que a categoria gênero abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas às mulheres. Enquanto o paradigma do patriarcado pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre o homem e a mulher, a nova perspectiva de gênero enfatiza a diferença entre o social e o biológico.” (PAOLI, 1991. p. 107)

Então nesse período o conceito gênero começou a ser utilizado por vários estudiosos e feministas, em campos universitários, jornais feministas, espaços de

discussão e organização, “lutas por creches, por saúde, saneamento básico, mas também a luta mais geral pela anistia aos perseguidores políticos, foram alguns dos fatores fundamentais para mudar a cena e permitir designar o século XX como o século das mulheres”. (CAMPOS, 2008)

Para Joan SCOTT, uma das principais referências, para os estudos sobre gênero no Brasil. Para ela o “gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino”. (VARELA, 2009)

Com relação às políticas públicas de gênero, essas têm passado por empasses e desafios pela garantia de igualdade,

“Da orientação geral do Estado dependem as políticas públicas; dos Estados inseridos de forma subordinada num processo de globalização sob a hegemonia do capital financeiro internacional e, hoje, sob impacto das ações hegemônicas dos EUA, dificilmente o acesso a direitos sociais ou à proteção social embasam as políticas. (SILVEIRA. 2003, p.2).

SILVEIRA coloca que é um quadro desfavorável, o qual se faz necessário a luta dos movimentos sociais, a articulação, para enfrentar as dificuldades no âmbito da sociedade civil, resgatando as práticas de cidadania dirigidas à democratização do Estado, dentre elas as políticas públicas de igualdade entre homens e mulheres.

STANCKI coloca que ao abordar a questão gênero como construção social passa se a desconfiar dos dualismos universais, que acabam colocando as características fixas tanto de homem como mulheres, e ainda pretendem universalizar como se as mulheres fossem iguais em qualquer lugar, cria-se essencialismos universais tanto para elas como para os homens.

“Não há características restritas ao feminino ou ao masculino, não há como considerar habilidades ou dificuldades próprias de mulheres ou de homens, as características são construídas ao longo da experiência vivida, independente do sexo.” (STANCKI, 2009. P.29)

Conforme se desenvolve a experiência de vida, vão se desenvolvendo também as características de cada um, não se nasce com as características, mas, o processo é cultural, apesar das grandes lutas enfrentadas, é comum hoje em dia dar bonecas para meninas, carrinhos para meninos, cor azul e cor rosa, a força e a paciência, impondo um modelo de vida.

“Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais em todas as esferas da sociedade, restando às mulheres uma situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho e na família. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres.” (CAMPOS, 2009. p.8)

Campos (2009) complementa que como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres o espaço privado inviabiliza o rompimento com os processos de violência estabelecidos no âmbito doméstico e familiar.

Os papéis designados aos homens e às mulheres são construídos historicamente sendo organizados de acordo com as regras, valores e instituições vigentes em cada momento histórico. SCOTT (1990) analisa historicamente este conceito esclarecendo que o gênero organiza as relações sociais através das diferenças percebidas entre os sexos e consiste em “[...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p.14). Por meio do discurso e das práticas cotidianas o feminino e o masculino são construídos conferindo a cada um, posições de poder.

SAFFIOTI (2010) nos remete a pensar um pouco também, sobre a categoria gênero ligada a violência contra mulher:

“A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Esta é mais geral, englobando as demais, que trazem cada uma, nuances específicas. Para situar o leitor, talvez convenha tecer algumas considerações sobre gênero. Este conceito não se resume a uma categoria de análise, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento.” (SAFFIOTI, acessado em 29/04/2016, p.1)

Para SAFFIOTI o conceito de gênero é histórico e está em constante construção, “o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é presumida. ” Ela coloca ainda que embora se interprete gênero também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas

categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher.

As grandes dificuldades enfrentadas, diferenças e desigualdades, foram motivos de luta, pela conquista de políticas e leis com o intuito de amparar a classe e promover a igualdade.

2.1 Legislações

Considerando as transformações e mudanças vivenciadas, apresentamos a seguir algumas conquistas no âmbito jurídico. Damos início citando a Constituição Federal, a qual no artigo 5º identifica claramente a igualdade entre homens e mulheres.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição; [...]. (WITIUK, 2007, p.75)

De acordo com o texto da constituinte, fica clara a questão da igualdade, tanto em obrigações como em direitos, a constituição é tida como a lei maior, a carta magna, serve como base para todas as outras leis e normatizações.

Ainda na constituição podemos citar o artigo 7º que fala sobre o direito dos trabalhadores, urbanos e rurais, que devem usufruir os mesmos direitos, assim como a licença maternidade e equiparação de salários.

Art.7º [...] XVIII – licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; [...] XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; [...] XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; [...]. (CF.1988)

O artigo 7º da Constituição apresenta que independente de sexo, cor, todos devem ser tratados com igualdade, dentro de suas diferenças; mas infelizmente não é isso que observamos no dia a dia, em uma pesquisa apresentada por RÉ Roxana o Brasil ocupa pior colocação em ranking de diferenças salariais entre os sexos,

(2009) “O resultado no Brasil supera a média dos países pesquisados, que é de 22% de diferença entre as remunerações entre homens e mulheres durante o ano de 2008”.¹

As mulheres brasileiras recebem, em média, salários 34% inferiores aos dos homens, a maior diferença registrada entre os 20 países pesquisados para um estudo divulgado nesta quinta-feira pela Confederação Sindical Internacional, com sede em Bruxelas². [...] Para Sharran Burrow, presidente da CSI, trata-se de um problema de múltiplas causas. O estudo indica que as mulheres com nível de qualificação superior enfrentam as maiores diferenças salariais. Um maior número de mulheres que de homens ocupa postos de trabalho de tempo parcial ou que exijam menor qualificação em relação ao seu nível de estudos porque têm que trabalhar e cuidar da família ao mesmo tempo. Isso faz com que a diferença salarial aumente com a idade, já que os cargos de alto nível estão relacionados à experiência e aos anos de trabalho. Os homens têm geralmente mais tempo de trabalho que as mulheres, porque elas assumem a maior parte das responsabilidades familiares, conclui a pesquisa. (RÉ, 2009, p.1)

O estudo apresentado nos faz refletir sobre a questão de a mulher ter uma dupla jornada de trabalho, pois, normalmente além de trabalhar fora precisam dar conta dos afazeres domésticos, alimentação e cuidados maternos, mas ainda acabam prejudicadas com relação à remuneração, apesar da Constituição Federal garantir determinados direitos, os mesmos não são cumpridos.

No artigo 226 da Constituição Federal (1988) “A família, base da sociedade tem especial proteção do estado” independente do arranjo familiar em que se vive à família tem total proteção por parte do estado.

Art.226. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal [...] vedada qualquer coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará à assistência a família na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (Legislação Social, 2007, p 96)

A Constituição ampara tanto homens e mulheres no conceito da lei, mas as mulheres precisam de um amparo legal muito maior, pois na maior parte dos casos elas que acabam tendo seus direitos desrespeitados, para isso o Estado se utiliza de

¹ <http://www.sidneyrezende.com/noticia/32154> Acesso em: 28/05/2016

² <http://ricardoalves-grafico.blogspot.com.br/2009/03/especial-mulher-e-mercado-de-trabalho.html>

mecanismos para coibir a violência, o desrespeito e garantir seus direitos.

De acordo com o parágrafo 7º também temos a Lei 9.263/1996 que garante o direito do planejamento familiar (1996) “Art. 1º O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta Lei”.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. (Lei 9.263, 1996. p.1))

As instâncias da área do Sistema de Saúde deverá propiciar maneiras, artifícios, tanto para mulher, homem e casal, no planejamento familiar, (1996) “O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade”. Segundo MURARO (2010) o planejamento familiar é considerado uma grande vitória para classe feminina, pois, não precisam mais se tornar “escravas” de uma gestação indesejada.

Outra conquista, garantida por lei é a participação da mulher na vida política, a Lei 12.034/2009 vem fazer modificações na Lei 9.504 de setembro de 1997, na Lei 9.096/1995 e no Código Eleitoral 4.737/1965;

Art.10º § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Lei 12034, 2009.p.1)

No Brasil a história da participação da mulher no parlamento, tem como marco inicial à conquista do direito ao voto que se deu em 1932. “A partir do final da década de 1980, a situação se modifica, em virtude do crescimento industrial, que contribuiu para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho”. Como consequência a busca por cursos superiores aumenta, fazendo com que as mesmas se organizassem politicamente, aumentando o número de mulheres na esfera política. Nesse período os movimentos de mulheres foram de extrema significância para as conquistas realizadas.

A Lei 10.406/2002 traz as alterações do nosso código civil, onde é citada a questão da chefia em sociedade, o homem era tido como o único chefe, com o novo

código essa ideia é abolida, os direitos e deveres passam a ser de total igualdade. De acordo com a Lei 3.071 de 1916 o antigo código “Art. 2º- Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil. ” Já no novo código civil de 2003 “Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”, dando espaço para o desenvolvimento de atividades por mulheres, o que antes era mantido como impróprio. Uma reconfirmação da Constituição Federal, com relação à igualdade.

Com a grande participação das mulheres no âmbito do trabalho, se tornou necessária uma Lei que amparasse a mulher em casos de maternidade, temos a Constituição Federal, a Código de Leis Trabalhistas e a Lei 10.421/2002 que é direcionada para mães adotivas (2002) “Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho”, a mãe adotiva terá direito a licença maternidade de acordo com a idade da criança adotada.

Outra grande conquista que também se apresenta em Lei é a obrigatoriedade da cirurgia reparadora em casos de câncer de mama, por planos e seguros privados, a Lei é 10.223/2001.

"Art. 10-A. Cabe às operadoras definidas nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Lei, por meio de sua rede de unidades conveniadas, prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer." (Lei 10.223, 2001. p.1)

Além da cirurgia reparadora também cabe às operadoras a assistência à saúde nos casos de mutilação, inclusive acompanhamento psicológico.

Um assunto que possui uma repercussão muito grande, e que acontece com grande frequência é a violência contra mulher, em 2003 foi sancionada a lei 10.778 que “Art. 1º Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados”.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (Lei 10778, 2003.p.1)

A violência contra mulher é um caso grave, apesar de todo progresso

alcançado no cenário legislativo, a classe continua sendo alvo de violência doméstica e discriminação, que acontecem diariamente em todo país. No ano de 2006 é sancionada uma nova lei, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. A mesma possui esse nome “em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes”, uma mulher que sofreu nas mãos de seu marido, de acordo com PENHA (1994) em seu relato, durante todo o período de casada sofreu agressões, a mesma não pediu a separação por medo, em 1983 ela sofreu uma tentativa de homicídio e acabou ficando paraplégica e duas semanas depois ele tentou matá-la eletrocutada enquanto tomava banho. O agressor ficou impune durante quase vinte anos.

No ano de 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos através do informativo nº. 54/2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando, entre outras medidas a finalização do processamento penal do responsável pelo crime. (CORREA, 2007. p.1)

O relato da Maria da Penha é a história de muitas mulheres, apesar de o nosso país ter um grande número de leis que dão garantias.

Mesmo assim a violência acontece, é preciso que o trabalho de fiscalização, notificação, acompanhamento às mulheres que tem coragem de denunciar, para que as leis sejam realmente cumpridas e as garantias não permaneçam apenas no papel.

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres foi criada em 1º de janeiro de 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, como ministério e inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. Grande conquista, e deu um grande passo em direção as mudanças com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM) em julho de 2004, a qual foi um marco na afirmação dos direitos da mulher.

Esses avanços são de extrema importância tanto para as mulheres adultas ou jovens, pois é um público que também está sujeito a discriminação, violência, abusos, dentre outros, e precisa de suporte para promover a igualdade, respeito, direito a exercer a autonomia, “as políticas públicas devem garantir, o acesso aos

direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres, independente da idade”. (Plano Nacional de políticas para mulheres)

“Não nascemos, mas sim nos tornamos mulher” (Beauvoir, 1949) célebre afirmação, a qual nos remete ao fato de que uma mulher desempenha funções ‘designadas’ a mulheres não porque são mulheres, e sim porque foram ensinadas a ser, a mulher era engessada a tal modelo de maneira cultural.

No decorrer dos anos diversas mudanças aconteceram no contexto familiar, à dinâmica foi se modificando, a transformação e a liberalização dos hábitos e dos costumes, especialmente relacionados à sexualidade e à nova posição da mulher na sociedade.

De acordo com Machado 2010 “a análise das relações na família, sobretudo a partir da mudança nos papéis familiares é inevitável diante da crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho”, a mulher se tornou mais independente para o mercado tomando frente para diversas áreas de atuação, a “possibilidade de contracepção cada vez mais assegurada” por sua vez também permitiu um controle para as mulheres sobre a reprodução.

As mudanças acarretaram a fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social. Esta vulnerabilidade está relacionada ao enxugamento da família brasileira (separações e divórcios) e a sua nova composição (famílias nucleares, aumento crescente das famílias monoparentais e especialmente de mulheres chefiando famílias, aumento das pessoas sozinhas). (MACHADO, 2010. p.1)

Apesar das conquistas e da inserção das mulheres no mercado, isso acaba tornando-as mais vulneráveis, a cobrança sobre suas atividades e cuidados com a casa e família, acabam sobrecarregando o dia a dia, o que ocasiona muitas vezes em problemas conjugais e até separações.

Podemos dizer, que a qualidade de vida das famílias depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas internas e as demandas do seu espaço social além das formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações familiares. Essa articulação se constitui num processo muito difícil, diante das respostas que vem sendo dadas pelas famílias e seus membros. Hoje visualizamos atitudes destrutivas no contexto das relações familiares (a violência contra a mulher e a criança) além do aumento de problemas na infância e na juventude. (MACHADO, 2010. p.1)

De acordo com Mioto 1997 “A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”, e é nesse espaço que as crianças crescem e conseguem reconhecer sua identidade, as expressões de sentimentos, "Até hoje não foi descoberta outra forma de ensinar gente a ser gente".

É interessante citar que através das mudanças, hoje em dia vivenciamos diferentes arranjos familiares àquela ideia da família nuclear já não é mais tida como regra, apesar do grande preconceito sobre a questão nos dias atuais.

De acordo com Araújo (2001) a família tem certamente uma “função biológica” a serviço da reprodução e procriação. Mas é sabido que atualmente o número de filhos diminuiu nas famílias. As novas formas de produção, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o custo social para se criar os filhos, são alguns dos motivos para explicar esse fato.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que na década de 90 o Brasil deixa de ser uma nação predominantemente jovem para começar a envelhecer. Do início dos anos 60 para o fim do século XX aconteceu uma queda de mais de 60% na média de filhos, que passou de 6,2 para 2,4 crianças por mulher.

O Planejamento Familiar tem sido utilizado em grande proporção pelas mulheres, os mais utilizados são: pílula anticoncepcional, preservativos e esterilização, essa por sua vez é utilizada por idade ou quando já se constitui uma família. Assim a mulher tem o controle sobre sua saúde reprodutiva, dando a direção que bem entender para sua vivência em família e no trabalho.

2.2 Sexualidade e Juventude

Uma vez que serão abordadas as representações que as adolescentes gestantes atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa, é relevante abordarmos sobre a temática sexualidade que por sua vez se trata de uma dimensão que também envolve a categoria gênero.

Segundo STANCKI (2009) a sexualidade é uma das dimensões que envolvem

identidade sexual, orientação sexual, envolvimento emocional, amor, reprodução e gênero.

A sexualidade é algo complexo e não pode ser separada dos aspectos social, político, cultural e econômico, [...]. Ela está presente desde a concepção até a morte. (STANCKI et al., 2009. p. 35)

Ainda hoje são enfrentadas grandes dificuldades com relação à educação nas escolas até mesmo em casa. O âmbito escolar tanto pode como deve participar da discussão sobre sexualidade e gênero, ambos em constante construção. Segundo LOURO (2007) a sexualidade não é uma questão só pessoal e é construída ao longo da vida.

A multiplicidade das diferenças culturais (em especial a dos gêneros e das sexualidades, bem como o não-reconhecimento pedagógico do caráter construído e político das identidades (hegemônicas e subordinadas) e de seus sujeitos. Além desses temas estarem esquecidos, são frequentemente mal trabalhados, tanto pedagogicamente quanto nas relações sociais que se estabelecem, a despeito das políticas educacionais que atualmente contemplam tanto a questão de gênero quanto a da sexualidade. (FURLANI, 2005, p.225-226)

Mesmo a escola trabalhando questões relacionadas à sexualidade, através de temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação, acompanhamos uma realidade na qual muitos profissionais não estão preparados de maneira adequada para lidar com as determinadas situações, que envolvem tanto a questão de gênero como a sexualidade, a dificuldade está presente tanto por falta de preparo, preconceito, falta de informações, questões religiosas, dentre outras. Essas dificuldades apresentadas acabam por tornar a sexualidade como um tabu, e muitas vezes por causa disso os/as adolescentes buscam informações através de outros meios, um deles é a mídia, por se tratar de um meio não formal, passa informações de maneiras distorcidas, normalmente passam uma visão direcionada ao corpo, sua exibição e perfeição. De maneira geral, a educação sexual se faz presente nas escolas por aulas de ciências e biologia referenciadas ao tema reprodução.

Apesar de ser notória a necessidade de desvincular a temática sexualidade apenas do fator reprodução, e ter uma maior abertura, os professores permanecem

sem subsídios adequados para trabalhar de maneira mais satisfatória com os alunos. Acabam passando apenas a parte biológica, pois, o tema acaba atraindo questionamentos, causando anseios e até constrangimento, algo que precisa ser quebrado.

[...] a sexualidade que é geralmente apresentada na escola está em estreita articulação com a família e a reprodução. O casamento constitui a moldura social adequada para seu pleno exercício e os filhos, a consequência ou a benção desse ato. Dentro desse quadro, as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. A associação da sexualidade ao prazer e ao desejo é deslocada em favor da prevenção dos perigos e das doenças. (LOURO, 1998. p.41)

Segundo Tonatto (2002), essa maneira de colocar a educação sexual apenas como meio de reprodução trabalhar apenas de maneira biologizante, a escola acaba se negando a dar suporte a outros meios que também interferem na educação sexual, assim como fatores psicológicos, culturais e sociais.

Em uma entrevista Muraro se posiciona com relação à maternidade e a pílula anticoncepcional, coloca que o momento em que a mulher desliga o papel da sexualidade X maternidade é um grande avanço para categoria:

Foi muito mais importante do que você imagina. Foi dar uma visão de gênero ao desenvolvimento que era apenas masculino. Foi ter uma visão de mundo em que a mulher passou a ser sujeito da história e a ter uma identidade. Por exemplo, Deus é do gênero masculino. Então, o homem pode se identificar com Deus. Antigamente, na pré-história, não era Deus o ser incriado. Era uma mulher, da qual surgia o mundo inteiro. Então as mulheres tinham uma identidade. Elas vão perdendo essa identidade no momento em que vai se descobrindo a figura masculina de Deus, que é a dominação do homem sobre a mulher. Lacan dizia “a palavra é do homem e o silêncio é da mulher”. Mas, hoje, está se criando uma palavra feminina, uma visão de estado, de economia, de ciência, de todo o comportamento, principalmente da psicologia, que descobre a noção de gênero. É algo muito profundo o que está acontecendo no mundo agora, principalmente no século XXI. (MURARO, 2010, p.1)

Muraro (2010) ressalta ainda que as mulheres ao controlar “sua fertilidade, tem acesso à entrada para o mercado de trabalho. E, no momento em que elas entraram para o mercado de trabalho, viveram condições muito desvantajosas, ganhando metade do que ganhavam os homens. Mas foram, pouco a pouco,

progredindo”, até agora, no século XXI podemos dizer que foram muitas vitórias, mas as diferenças ainda permanecem. Muraro cita que muitas das conquistas se deram pelo uso das pílulas, pois senão estariam até hoje escravas de sua fertilidade.

Hoje em dia a categoria obteve grandes mudanças e conquistas,

Ao longo da História, a sociedade reservou à mulher um “lugar social”, por assim dizer, e a natureza de suas obrigações fundamentais: a reprodução da espécie, os cuidados com a prole e o trabalho doméstico que garanta ao provedor da família – o homem – as condições necessárias para garantir o sustento e a sobrevivência familiar. (Campos, 2010, p.12).

Percebemos que através das lutas de movimentos sociais, feministas e outros, foi possível ter mudanças significativas, mas ainda temos grandes dificuldades relacionadas à questão de garantia pela igualdade, tanto para classe adulta como jovem.

As mulheres têm sofrido muito preconceito no meio capitalista, na sociedade e até em casa, mesmo tendo tantas leis que visam a proteção da categoria. Mas não são só as “mulheres”, as adolescentes também têm sofrido as mesmas situações, falta de igualdade, abusos, esse é um grande problema para nossa sociedade, pois as mais diversas situações que podem acontecer, com certeza vão refletir na vida adulta destas adolescentes, de acordo com nossa pesquisa uma gestação indesejada talvez causada por um abuso sexual vai acarretar um transtorno grande para esta jovem. Por isso entendemos que esta pesquisa com as adolescentes se faz necessária para estarmos nos aproximando dessa realidade com totalidade para entender um pouco mais a respeito.

De acordo com o estatuto da criança e do adolescente, no “Art. 2º - Considera-se criança para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Portanto ao completar os doze anos de idade a criança passa a ser considerada adolescente perante a lei, e também é iniciado o processo de mudanças no corpo, à puberdade o período da maturação sexual.

Esse é um período de descobertas, pois estão conhecendo um novo corpo, as mudanças hormonais são grandes, e com todas essas mudanças se direcionam

para uma vida sexual muitas vezes de maneira precoce, sem informação, instrução e qualquer tipo de proteção. Expondo-se as diversas doenças sexualmente transmissíveis (DST) e até uma possível gravidez indesejada.

Os adolescentes e jovens, precisam de um acompanhamento nessa fase de mudanças, tanto pedagógico como familiar e social, de uma maneira que eduque, assim é possível tornar esse processo uma fase na qual o adolescente se prepara para a juventude e vida adulta.

A gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis acabam se tornando um grande problema de saúde pública, de acordo com informações no site do Ministério da Saúde;

No Brasil, a gravidez entre os 15 e 19 anos cresceu, contrariando a tendência geral de diminuição das taxas de fecundidade. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizada em 1996 demonstrou que 14% das mulheres nesta faixa etária tinham, pelo menos, um filho e que as jovens mais pobres tinham mais filhos do que as de melhor nível socioeconômico. (CANTONE, 2007. p.1)

A implementação de políticas públicas, de um movimento do governo e da sociedade para promover a saúde e o desenvolvimento da juventude com integridade, é necessária e de extrema relevância aos fatos apresentados.

Além disto, observou-se um aumento no percentual de partos de adolescentes de 10-14 anos atendidas pela rede do SUS e, também, de curetagem pós-aborto. Grávida, a jovem chega tarde ao pré-natal, onde precisa ser acolhida de forma diferenciada. (Ministério da Saúde, 2010. p.1).

De acordo com Machado (2010), faltam projetos para trabalhar com adolescentes em conjunto com a família, geralmente os projetos que existem focalizam a atenção nas famílias, esquecendo-se de incluir os adolescentes nas reuniões que poderia ser uma proposta inovadora tratando desta relação adulto-adolescente na perspectiva de fortalecer estes laços interfamiliares além de questionar o senso de responsabilidade dos adolescentes e o seu papel na família.

A sexualidade na juventude/adolescência tem sido um objeto de atenção na sociedade, dois são os pontos fundamentais de tal preocupação, um deles é a questão das doenças sexualmente transmissíveis (DST), também conhecidas como

doenças venéreas são transmitidas de uma pessoa para outra durante o ato sexual, e o outro está relacionado com a gravidez precoce que por sua vez acaba tornando “crianças” em pais.

Segundo Magalhães a questão de o adolescente ser infectado por uma doença sexualmente transmissível, principalmente pela AIDS (Síndrome da Imunodeficiência adquirida), é muito mais grave do que a gravidez precoce.

Segundo o site do Ministério da Saúde em 2008,

Ao longo do tempo, a razão entre os sexos vem diminuindo de forma progressiva. Em 1985 havia 15 casos da doença em homens para 01 mulher. Hoje, a relação é de 1,5 para 01. Na faixa etária de 13 a 19 anos, a inversão na razão do sexo, a partir de 1998. (Ministério da Saúde, 2007. p.2)

Isso nos mostra que antes as doenças sexualmente transmissíveis eram exclusivas a grupos de homossexuais, profissionais do sexo e usuários de substâncias psicoativas, hoje independente das opções individuais todos estão sujeitos, os riscos são iguais para todos os membros da sociedade.

Em nossa sociedade a gravidez na adolescência é apontada como precoce, não planejada, indesejada, descuido, entre outros, mas vale lembrar que muitos adolescentes engravidam por vontade própria, muitas vezes até como uma maneira de fuga da situação atual em que vive uma busca pelo diferente, uma maneira de desafiar a sociedade.

Segundo Michel Foucault (1997), a partir do século XVIII a “população” torna-se um problema econômico e político. No cerne desse problema está o sexo, sendo necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato e das interdições, a incidência das práticas contraceptivas. É a primeira vez que, de maneira mais constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados à maneira como cada um vive seu sexo. Sua administração faz dele um importante “princípio regulador” da população, dando margem a medidas massivas, estimativas estatísticas, intervenções que visam todo corpo social ou grupos tomados globalmente. (ALTMANN, 2006. p. 3)

Segundo Altmann “tal fenômeno é contemporâneo à formação dos estados nacionais modernos, que veem diante da necessidade de conhecer seu território para avaliar como nele se repartem seus habitantes”.

Através da pesquisa ao nos aproximarmos da realidade das adolescentes gestantes, vamos nos aproximarmos do território delas também, das suas histórias de vida. Para melhor compreensão da temática, a questão maternidade e maternagem.

Maternidade se classifica como qualidade ou condição de ser mãe, laço de parentesco que une mãe e filho. Já a maternagem como cuidados próprios de mãe, materno, afetuoso, dedicado, carinhoso e maternal.

Entenda-se por maternagem os cuidados materiais e biológicos com os filhos. Distinga-se maternagem de maternidade, pois elas são duas instâncias distintas da criação e educação de uma criança. Por maternagem, entendam-se os cuidados para com uma criança. Por maternidade, entenda-se algo mais amplo que se refere ao desejo da mãe de gerar uma criança e dar-lhe sentido de viver. Maternagem e maternidade são confundidas em uma só posição para grande parte das pessoas em nossa sociedade. (GROSSI, 2010. P. 1)

Mottat (1992) cita Spitz, que coloca que a capacidade do ser humano para estabelecer relações sociais é adquirida na relação mãe-filho; citando pesquisas de antropólogos culturais que demonstraram existir, numa dada cultura, uma relação íntima entre a maternagem e as formas de instituições culturais, Spitz afirma que essa ligação não pode ser interpretada em termos de simples causa e efeito, numa ou noutra direção.

É possível notar que apesar dos termos serem confundidos, possuem diferenças significativas, segundo Grossi a maternidade não está atrelada a uma única pessoa e também não se restringe apenas ao sexo feminino. Educação que é um processo desde o início da vida, onde os pais vão construindo aos poucos, com ajuda dos familiares e pessoas do meio, educação essa que acontece ao natural.

A gravidez na adolescência fala de questões identitárias mais profundas do que a falta de conhecimento sobre os meios de evitar uma fecundação. Este exemplo é ilustrativo de que não basta apenas “conteúdo lógico” para que se aprenda algo; de que não basta conhecer métodos anticoncepcionais para evitar a gravidez e que certamente a possibilidade de “tornar-se mãe” é uma das motivações profundas destas jovens, em sua grande maioria alijadas de qualquer outro projeto de vida que não seja o de reproduzir o modelo de feminilidade que aprenderam em sua socialização: o de que a maternidade é o que constitui a identidade feminina. A maternidade da adolescente a reinstaura no grupo familiar e reconstrói seu lugar no interior do parentesco-a jovem passa de “filha” a “mãe” e torna, por sua vez, “avó”

sua própria mãe. A complexidade da construção simbólica das relações entre mulheres de diferentes gerações, através da reprodução, tem sido uma das linhas de análise de uma série de antropólogas que vêm trabalhando sobre reprodução, parentesco e maternidade no Brasil. (GROSSI, 2010. P.1)

Esta linha de análise tem acontecido pelo fato de que foi constatado, hoje no Brasil, um aumento importante da gravidez na adolescência, tornando assim necessária uma discussão e aprofundamento maior sobre a temática.

Um tema que é relevante mencionar, é referente à neurociência, conforme estudos da neurocientista Suzana Herculano Houzel (2015), somente após o córtex frontal cerebral estar formado é que nós temos noções de causa e consequência dos atos. Ela coloca que “Somente no final da adolescência é que amadurecem as regiões do córtex que permitem um comportamento sensato e responsável”, ou seja, a partir daí que o adolescente terá a capacidade de se colocar no lugar dos outros, de antecipar consequências, podendo tomar boas decisões, porém as boas decisões não dependem unicamente do passar dos anos, tempo, mas sim com a prática.

No território de abrangência do CRAS Graciosa é possível notar, que a demanda de adolescentes gestantes, é bem alta, também podendo ser considerados casos de reincidência, percebemos então que é necessário um projeto para dar acompanhamento a essas adolescentes, tanto para evitar uma nova gestação, como prepará-las um pouco sobre a realidade na qual estão inseridas agora, pois, passam de meninas para mães e muitas vezes não possuem nenhuma forma de apoio familiar.

Para promover a aproximação da realidade dessas adolescentes, é importante repensar o conceito de representações sociais, assim entender e compreender melhor a forma como o indivíduo percebe os processos, o mundo e a atual conjuntura em que está inserido.

3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nos últimos tempos o tema Representações Sociais tem aparecido com grande frequência, em pesquisas nas mais diversas áreas.

De acordo com Arruda, “atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular. Ele tem fundas raízes na sociologia, e uma presença marcante na antropologia e na história das mentalidades. ” Portanto, o conceito de representações sociais não se detém apenas a uma determinada linha de pesquisa.

A partir dos anos 60, com o aumento do interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico, vemos florescer a preocupação com explicações para eles, as quais recorrem às noções de consciência e de imaginário. As noções de representação e memória social também fazem parte dessas tentativas de explicação e receberão mais atenção a partir dos anos 80. (ARRUDA, 2002. p.128)

Durkheim, para MINAYO (1996, p.159), é considerado o primeiro autor que, do ponto de vista sociológico, desenvolve a concepção de Representações Sociais. O termo representações sociais em sua obra ganha a expressão Representações Coletivas, ou seja, “categoria de pensamento que expressa a realidade de uma determinada sociedade”.

Sua origem está na vida cotidiana e nos processos de interação social; cumpre o papel de reconstruir os objetos de atenção dos sujeitos, mantém ou interfere nos sistemas de valores e de crenças professadas por grupos sociais, bem como mobiliza a atividade e os comportamentos humanos. (BOURGUIGNON, 2001. p. 80)

De acordo com Bourguignon, buscando elucidar a dimensão das Representações Sociais, apresentamos ainda, outras concepções de autores que contribuem decisivamente para o avanço das discussões sobre esta temática,

Representação Social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto (...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (JODELET apud SÁ, 1996, p. 32-33)

Representações Sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações. (BOURDIEU apud SÁ, 1998, p. 74-75)

Como modalidade de pensamento prático, as Representações Sociais são alguma coisa que emerge das práticas em vigor na sociedade e na cultura e que as alimenta, perpetuando-as ou contribuindo para sua própria transformação. (SÁ, 1998, p. 50)

A representação é uma maneira de saber que faz a ligação entre o objeto e sujeito, um conhecimento em comum, partilhado, em busca da construção de uma realidade em conjunto. Segundo Bourguignon, nestas concepções, “o fato de que a teoria que se organiza para explicar as Representações Sociais”.

A construção dos significados dados ao social e aos seus elementos constitutivos. Construção que envolve, ao mesmo tempo, atos de conhecimento, afetos, experiências sociais, graus de pertença dos sujeitos a seus grupos sociais; sendo que a base de tudo é o contexto sócio – histórico em que se inserem tais sujeitos. É interessante observar-se que há nas Representações Sociais um conteúdo que expressa a atualidade dos fenômenos sociais, ao mesmo tempo em que não se pode negar o poder de determinação da história e da cultura de um povo. (BOURGUIGNON, 2001. p.81)

Representação Social vem a ser expressão do conhecimento reconstruído pelo sujeito a respeito da sua realidade cotidiana, considerando as determinações sociais, históricas e culturais presentes no contexto em que se insere.

No âmbito do Serviço Social as representações assumem um papel muito importante, o estudo a um objeto específico da realidade permite uma melhor intervenção, pois ao considerar as percepções que os sujeitos da pesquisa possuem sobre o fenômeno fica mais fácil compreendê-lo.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio – técnica do trabalho, tem uma natureza interventiva, e como objeto, a Questão Social em suas diversas expressões na sociedade. Trabalha com o planejamento, com a implementação e com a avaliação de programas sociais resultantes de políticas públicas destinadas a garantir direitos sociais básicos e a emancipação do cidadão. Atende também às demandas presentes nas organizações da sociedade civil. Faz parte dos seus instrumentos de intervenção e de produção de conhecimento a pesquisa social e, no que se refere à temática em questão, a produção científica do Serviço Social preocupa-se com as construções cognitivas dos próprios sujeitos envolvidos com sua prática profissional. (BOURGUIGNON, 2001. P.85)

De acordo com BOURGUIGNON e também para LEVEBvre, entendemos que os estudos relacionados às Representações Sociais são de extremo interesse para a profissão, ela possibilita a construção de conhecimento, conhecimento esse que em conjunto com outras pesquisas, conhecimento técnico, outras experiências e um bom respaldo teórico, possibilitam ao profissional uma aproximação muito mais verdadeira do fenômeno a ser pesquisado permitindo então uma intervenção de qualidade.

Para Lefebvre as representações são produto de um determinado processo social e histórico e por isso podem ser desveladas por meio da reflexão e da relação com as condições de vida daqueles que as produzem e sofrem. Assim, como contribuição à teoria das representações, Lefebvre (1980) acrescenta que uma representação se constitui do que é vivido, percebido e concebido, num movimento dialético que nunca cessa, ocupando as aberturas entre o vivido e o concebido. (ALMEIDA,2011, p.11)

Conforme Lefebvre, as representações são constituídas a partir da vivência de cada um, de cada grupo, das experiências vivenciadas, as quais são reproduzidas no meio em que se está inserido, possibilitando as mudanças e transformações, conforme a passagem do tempo e também conforme as novas percepções de cada ser.

No momento em que um profissional se volta a um fenômeno, um objeto de pesquisa ele assume um desafio, buscando entender a peculiaridade de cada sujeito.

O estudo das Representações Sociais apresenta possibilidades de investigar um mundo permeado de sinais, de símbolos e de linguagens que expressam diferentes formas de interpretar uma mesma realidade. Podem, principalmente, revelar como os sujeitos se apropriam de sua própria realidade, dando pistas aos pesquisadores sobre a natureza das relações sociais. É importante apreender o pensamento dos sujeitos, dos grupos sociais e das coletividades, sobre os objetos de sua intervenção e de suas relações, pois as Representações Sociais têm desempenhado função importante na comunicação entre eles e na formação de opiniões, de comportamentos de atitudes frente as exigências da realidade. (BOURGUIGNON, 2001. p. 86)

Percebemos que através do estudo das Representações Sociais é possível desencadearmos diferentes maneiras de entendimento sobre um determinado objeto, pois a realidade apresenta diversas nuances culturais, linguagens e sinais

que muitas vezes pertencem apenas a um grupo, é como se fosse a identidade daqueles que convivem no meio. O pesquisador por sua vez deve acompanhar o pensamento dos sujeitos, o contexto social, histórico e cultural, com relação ao objeto em estudo, pois as Representações Sociais contribuem para a formação de opiniões, ideias dos sujeitos, é possível perceber então o grau de pertencimento dos sujeitos ao grupo e suas representações perante a realidade.

BOURGUIGNON (2001.p.86) enfatiza que “na esfera da pesquisa Social, o estudo das Representações Sociais oportuniza construções teórico-metodológicas muito ricas”. Ela explica que através da pesquisa surgem concepções, discursos, pensamentos sobre o objeto de pesquisa, fenômenos da realidade social, os significados aparecem e dá forma a pesquisa, possibilitando ao pesquisador vivenciar as mais diversas experiências no campo social.

A aproximação do profissional ao fenômeno, possibilita uma vivência diferente, não é possível entender uma realidade, apenas com os estudos teóricos. Tendo em vista o nosso problema de pesquisa, sobre as representações sociais que as adolescentes gestantes atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa têm acerca da maternidade, nos aproximaremos do grupo em questão, para uma análise das representações que elas possuem na atual conjuntura em que estão inseridas.

A maternidade entre as adolescentes é situada em relação ao contexto social em que se inscreve, sendo enfocada como manifestação de uma rede de significações que lhe confere sentido. Representaria então, a busca de um novo status social, influenciada pelos modelos e valores vigentes em determinado grupo social, consolidando-se como alternativa de construção de um projeto de vida compatível com as expectativas, normas e possibilidades disponíveis (Dadoorian, 1996; Frediani et al., 1994; Gomes et al., 1998. apud PINHEIRO, 2000).

Segundo Pinheiro a gestação na adolescência, é relacionada ao contexto social em que a adolescente pertence, e que cada contexto permite um significado diferente para a situação, coloca que as adolescentes são direcionadas por modelos e valores da sua vivência, ou seja, do seu grupo de pertencimento. Sendo assim, vamos nos aproximar dos sujeitos da nossa pesquisa para entender um pouco mais de suas realidades.

3.1 Contextualizando o CRAS Graciosa

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é um equipamento público da Política de Assistência Social, de base municipal, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social. Os serviços de proteção social básica são prestados prioritariamente, com o objetivo de inclusão, promoção social, controle social e participação popular. (Plano de Ação CRAS Graciosa, 2016)

O CRAS Graciosa foi implantado em 2010, na região da Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo. Engloba em sua área de abrangência 04 (quatro) bairros e possui 3.135 famílias referenciadas. Realiza atendimento a comunidade de 2ª a 6ª feira, visitas domiciliares, inserção em programas e serviços, com foco especial no acompanhamento familiar através do PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, rede de proteção local e SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

4. Representações que as adolescentes gestantes, atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa (município de Colombo – PR), tem acerca da maternidade.

A partir dos dados pesquisados (QUADRO. 01) percebemos que todas são menores de 20 anos, que a maioria não está estudando e vive a primeira gestação.

QUADRO 01 – Breve perfil das adolescentes gestantes, atendidas e acompanhadas no CRAS Graciosa (município de Colombo – PR).

| DADOS DE IDENTIFICAÇÃO | | | | | |
|------------------------|-------|-------------------|--------|-----------------------------|-----------------|
| NOME | IDADE | MORA COM: | ESTUDA | ENGRAVIDOU COM QUANTOS ANOS | É A 1ª GESTAÇÃO |
| Azálea | 15 | Marido | Não | 14 | Sim |
| Bromélia | 17 | Pais e 1 irmão | Não | 17 | Sim |
| Flor de Lis | 16 | Mãe | Sim | 15 | Sim |
| Margarida | 17 | Marido e filho | Não | 17 | Não |
| Orquídea | 17 | Pais e namorado | Sim | 16 | Sim |
| Rosa | 16 | Sogros e namorado | Sim | 15 | Sim |
| Tulipa | 17 | Amiga | Não | 17 | Sim |

Fonte: da autora

De acordo com as respostas das adolescentes, percebemos que nenhuma delas cita sua gestação como planejada, pois simplesmente aconteceu, como se fosse um “acidente”. Uma adolescente coloca que sua gravidez apesar de não ter sido planejada era desejada por ela e seu marido já duas adolescentes dizem que sua gestação é indesejada. Das sete adolescentes quatro colocam que é uma situação aceita, a qual aconteceu e agora é preciso assumir a responsabilidade.

Quando questionadas sobre porque achavam que tinham engravidado, três citaram o descuido, duas o descuido e falta de informação, uma adolescente cita outro motivo tinha o desejo de casar, e outra coloca que engravidou por desejo próprio.

Com relação ao futuro de sua família se colocam apreensivas, duas citam que ele será difícil, mais duas colocam que será razoável, as outras, cada uma cita uma situação: um pouco difícil, muito difícil e sem dificuldades. A maioria delas acredita que o futuro apresentara dificuldades, principalmente financeiras.

A idade do pai do bebê é bem variada, temos desde um adolescente de 16 anos até um adulto de 31. É possível notar que na maioria dos casos o companheiro mesmo que apesar de pequena diferença de idade, normalmente é mais velho.

Com relação ao apoio prestado por parte do pai do bebê, quatro dizem que foram apoiadas, duas não tiveram apoio e uma teve apoio apenas no início da gestação.

Mais de cinquenta por cento deixaram de estudar por causa da gravidez, as três restantes colocam que não, que a gravidez não as impossibilitou de continuar os estudos.

Das sete entrevistadas apenas duas estão trabalhando, sendo que uma delas não possui registro, portando não terá assistência durante sua licença maternidade.

Quando questionadas sobre o aborto, se tiveram vontade de realizar três delas falaram que sim, pensaram na situação, porém não tiveram coragem, as outras colocaram que não pensaram nessa possibilidade, tinham consciência da responsabilidade que teriam que assumir.

Quando questionadas sobre como se sentiam com relação a todo o novo

contexto relacionado à gestação, maternidade e responsabilidades, os sujeitos da pesquisa responderam:

“Normal, porque já tinha planejado já queria ter um bebê, não era para ser agora, mas aconteceu daí só tive que parar de estudar, mas vou voltar depois que ele nascer.” (Azálea).

“A responsabilidade é grande, agora tem uma pessoa que depende de mim. ” (Bromélia).

“É diferente, todos os meus planos mudaram, agora tenho que planejar minhas coisas sempre pensando nela, minha vida agora depende dela. ” (Flor de Lis).

“Agora a responsabilidade é maior, são duas crianças, a gestação para mim não teve problemas porque eu já sabia como era o que aumenta mesmo é a responsabilidade.” (Margarida).

“Agora é vida nova, curtir as baladas já era, tenho que cuidar do nosso filho. Eu gosto estou cheia de planos.” (Orquídea).

“É tudo novo, nunca pensei que podia acontecer comigo, queria ter um filho mais só depois que tivesse terminado a faculdade com uma profissão, agora estou estudando ainda, mas não sei se vou poder ir para faculdade, criar um filho não é barato e a gente não tem nada ainda.” (Rosa).

“É bem complicado, não tenho o apoio de ninguém, meus pais não moram aqui, o pai não quer nem saber, só tenho minha amiga mais ela não é responsável por nada né afinal ela tem a vida dela.” (Tulipa).

Observando as respostas das adolescentes com relação ao novo contexto a ser vivenciado por elas, percebemos que as mesmas mostram preocupação e interesse com relação ao futuro. As mudanças acontecem de maneira brusca, onde filha passa para o papel de mãe, a adolescente acaba rompendo com o processo de desenvolvimento, onde se torna necessária uma reorganização no modelo de vida a

partir da gestação.

Segundo dados do IBGE (2008) demonstram que de 1991 a 2000 o número de adolescentes entre 10 a 14 anos que foram mães pela primeira vez cresceu 93,7%. Essa explosão da gravidez adolescente no país está relacionada principalmente à pobreza e baixa escolaridade, as mesmas mostram se preocupadas com relação à situação financeira e como será futuramente, normalmente deixam de estudar para trabalhar, mesmo que possuam apoio dos familiares sabem que a responsabilidade maior pertence a elas.

A adolescência é uma fase bastante conturbada na maioria das vezes, em razão das descobertas, (...) da formação de identidade. É uma fase do desenvolvimento humano que está entre infância e a fase adulta. Muitas alterações são percebidas na fisiologia do organismo, nos pensamentos e nas atitudes. (LAYANG, 2015, p.01)

Nesse momento de transformações, é normal que os adolescentes se sintam um pouco perdidos, pois as mudanças biológicas proporcionam dúvidas, o corpo começa a tomar forma, as mudanças em suas características próprias, além das mudanças biológicas também enfrentam implicações no processo psicossocial. De acordo com MIOTO (1997), o adolescente começa, no sentido psicológico, a abandonar o seu lar para viver no vasto mundo exterior, um contato maior com colegas e amigos de escola, é como se tivesse que buscar algo novo, pois está construindo uma nova identidade.

A dominação sobre o próprio corpo e suas transformações, isso influencia diretamente a saúde reprodutiva, que acabam direcionando os adolescentes para relações sexuais, muitas vezes os mesmos sabem como evitar uma possível gravidez, mas não detém a informação de maneira clara. Nas escolas o assunto normalmente é abordado de maneira geral, focado nas transformações do corpo e sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Não existe um trabalho voltado para a sexualidade, às maneiras de prevenção, processo de gestação, dentre outros, o que acaba tornando mais fácil que ocorra gravidez na adolescência. Já a mídia, reforça o machismo quando mantém o padrão patriarcal, colocando a mulher a condição de culpada pela gravidez e responsável pela criação do filho.

De acordo com Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Saúde Reprodutiva é definida como “um estado de completo bem-

estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doença ou enfermidade” (1994, p.01). A Saúde Reprodutiva é, principalmente, uma questão de saúde pública, é também uma questão a ser tratada no âmbito da Educação, tendo em vista que várias situações poderiam ser tratadas do ponto de vista preventivo.

A partir do momento que uma adolescente se encontra grávida, se encontra gerando uma nova vida é preciso repensar seus planos, a gravidez vem alterar o percurso “natural” da adolescência, isso acaba influenciando na maioria das vezes na educação, pois, acabam abandonando os estudos tanto por questões ligadas às dificuldades no processo gestacional, como pela vergonha da situação, se sentem apontadas pela sociedade, e outras até continuam a estudar, porém depois que o bebê nasce acabam não conseguindo conciliar as atividades escolares com a maternidade.

A maternidade e a paternidade são funções para as quais estão muito imaturos, essas funções implicam condições emocionais, físicas e econômicas para as quais não estão preparados, (...) suas vidas serão modificadas por completo. Um filho modifica a rotina de vida, o que poderá ocasionar abandono escolar, dificuldade para arrumar emprego, dentre outras. (BONETTO, 2007.p.01)

O autor nos remete ao fato que além de todo o contexto vivenciado pelos adolescentes, durante o processo de gestação, também enfrentaram dificuldades relacionadas ao fator econômico, pois normalmente deixam os estudos de lado por conta da gravidez, o que acaba mais tarde impossibilitando a inserção no mercado de trabalho.

Através das entrevistas percebemos que a maioria das gestações é sempre indesejada, ou seja, não era para acontecer naquele momento, mas com o passar do tempo as adolescentes acabam aceitando a situação. Isso é compreensível, pois normalmente de início se encontram desesperadas, em uma situação na qual não encontram saída é necessário conversar com os familiares e companheiro, e a incerteza de como vão reagir, apresentam medo do abandono. Muitas vezes esse medo acaba direcionando adolescentes para o caminho do aborto ilegal, prática essa que segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (2010), correspondem a 12% dos óbitos maternos.

Como já havíamos citado anteriormente (p.30), Mioto (2005) coloca que a questão estudada muitas vezes é proveniente do contexto vivenciado pelos adolescentes. Contextos esses que apresentam pobreza, famílias de pouca instrução, histórico de violência, gestação precoce na família, esses tipos de situações possibilitam um risco maior para a gestação na adolescência.

Entendemos então que a gestação na adolescência é uma expressão da questão social, que atinge vários setores das políticas públicas. Acreditamos que se a saúde e educação realizassem um projeto no qual fossem repassadas informações claras, para evitar possíveis gestações, sem o tabu em que vivemos, trabalhar com ações ligadas ao aborto, planejamento familiar, gestação, possivelmente o número de gestações na adolescência seria reduzido e adolescentes que acabam por engravidar não arriscariam suas vidas em busca de um aborto ilegal.

Quando questionadas sobre quais as dificuldades enfrentadas enquanto grávida, e quais acreditavam que enfrentariam daqui para frente; os sujeitos da pesquisa responderam:

“Ainda to grávida a minha dificuldade foi ter que parar de estudar depois que nascer acho que cuidar de tudo vai ser difícil. ” (Azálea).

“Depois que engravidei foi bem difícil, ter que contar em casa, meu namorado até me apoiava disse que ia ficar tudo bem, mais depois de uns quatro meses foi embora. Agora a dificuldade é criar a criança e ser uma boa mãe. ” (Bromélia).

“Daqui para frente não vai ser fácil tudo mudou, vou ter que aprender a cuidar de neném, quando fica doente, fica com fome estar sempre cuidando, e quando eu ainda tava grávida era difícil porque sentia vergonha parecia que todos estavam me olhando e falando de mim. ” (Flor de Lis).

“Quando tava grávida não tive dificuldade, agora acho que vou ter que começar a trabalhar para ajudar o C.H só com o salário dele vai ser apertado. ” (Margarida)

“Não sei, tenho que esperar pra ver o que vai acontecer, por enquanto tá tudo tranquilo.” (Orquídea).

“Morar com meus sogros não é muito fácil, tão sempre culpando a gente que fizemos besteira, não quero ficar muito tempo lá, minha mãe disse que podemos morar com ela, mas também não quero assim que der vamos alugar uma casinha só nossa o problema é o dinheiro.” (Rosa).

“Enquanto tava grávida as dificuldade normais de uma gestante e o abandono do meu namorado, na verdade nem éramos namorados mesmo, e agora a dificuldade vai ser conciliar o trabalho com os cuidados com o neném, trabalho no período da tarde/noite vou pagar para minha amiga buscar ele na creche e ficar com ele até a hora de eu chegar, isso se eu conseguir vaga na creche já fui lá e nada ainda, a diretora disse que em janeiro vai abrir vagas. ” (Tulipa).

De início a maior dificuldade das adolescentes foi o fato da notícia, como falar com os pais e companheiro, algumas até pensaram em recorrer ao aborto, apresentavam insegurança, barreiras com relação ao apoio da família, uma fase muito fragilizada enfrentada por elas.

Conforme podemos observar a maioria das adolescentes entrevistadas não possuem emprego, pois ainda estão em fase de desenvolvimento e aprimoramento profissional, portanto a maior dificuldade apresentada é com relação à situação financeira, onde mesmo, casadas tem que morar com familiares, uma situação não cômoda, tendo que deixar de estudar para poder trabalhar. Assim como coloca uma das entrevistadas *“Morar com meus sogros não é muito fácil, tão sempre culpando a gente” (Rosa)*, notamos que é uma situação desagradável, mas é o que possuem no momento.

Em nossa entrevista apenas duas adolescentes possuíam emprego, sendo que uma delas se trata de um emprego informal, no qual ela não poderá recorrer aos benefícios da previdência, durante o período de recuperação pós-parto, terá que depender apenas de seus familiares, pois o pai do bebê a abandonou.

Percebemos dentre nossos sujeitos de pesquisa perante uma situação de

gravidez na adolescência, são formados diversos arranjos familiares, onde moram com amigas, com pais, com sogros, somente com mãe, dentre outros, onde cada indivíduo modela sua realidade de acordo com a necessidade.

Notamos que planejamento familiar é um programa de extrema relevância, o mesmo possui capacidade de evitar gestações indesejadas, proporcionando também um melhor preparo para quem pretende ter filhos, é uma pena que o programa simplesmente não funciona para quem dele precisa que são as classes menos abastadas. A desinformação leva a gravidez indesejada, que leva a dois caminhos ou a maternidade precoce ou ao aborto. Ambos não oferecem vantagens nem para a mulher nem para a sociedade.

E ai onde pequenas meninas se tornam mulheres, mulheres mães e acabam “brincando de casinha”, pois acabam pulando uma fase de suas vidas, acabam adquirindo uma responsabilidade, a qual vão ter que levar com elas a todo o momento, deixam as atividades de um adolescente para se tornarem mães responsáveis por um bebê, assim como coloca Orquídea, “*é vida nova, curtir as baladas já era, tenho que cuidar do nosso filho*”, ela mostra compreensão ao fato de ter deixado a vida de festas com colegas para cuidar de seu filho, mas notamos que não é uma opção própria e sim a percepção da responsabilidade que ela carrega pelo fato de ser a mãe.

Por fim os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre qual o significado da maternidade e responderam:

“(Rsr rsrs), ainda não sei direito só sinto que é muito importante.” (Azálea).

“É muito importante, minha mãe é muito importante para mim, ela me apoiou nesse momento e agora vai me ajudar também, quero ser uma mãe igual à minha mãe.” (Bromélia).

“Maternidade...aiai vou começar a construir esse significado quando sair daqui e ter que me virar, minha mãe vai me ajudar, mas sei que vou ter que me virar sozinha também ela já me explicou, vai me ajudar, mas que a responsabilidade é toda minha.” (Flor de Lis).

“Significa amor, carinho, proteção, temos que criar com dignidade porque mesmo que tenha ficado grávida sem querer ele não tem culpa a gente que é adulto tem que assumir.” (Margarida)

“Significa felicidade, a de todos nós não só a minha por que sou mãe, mais o do pai, de construir uma família isso é bem bom, quero sair logo da casa dos meus pais eles ajudam pra caramba, mais é que quero ter a minha casa a minha família sabe.” (Orquídea).

“Meu bebê para mim já é a coisa mais importante da minha vida, quero que nunca passe necessidades, eu e o pai dele vamos cuidar bem dele para poder crescer bem. Se acontecer alguma coisa com ele acho que eu não aguentaria.” (Rosa).

“Ainda não sei direito, só sei que já faz parte de mim me preocupo muito com ela, mesmo quando quis abortar já senti um sentimento diferente, acho que só foi impulso por causa da situação tava perdida, hoje já vejo diferente e não me arrependo de ter seguido com a gravidez.” (Tulipa).

Observamos e julgamos de extrema relevância que em nossa sociedade ainda nos dias de hoje a questão gênero ainda está muito presente com relação ao fato de que cabe a mãe se sentir a única responsável pela situação pela criança, o pai é tido como corresponsável no processo.

Presença da ideologia que busca colocar a mulher em lugar de excelência se, e somente se, chega a ser mãe, desqualificando qualquer outra possibilidade feminina. Uma valoração ideológica é estendida ilicitamente da subespécie ao gênero. (SOUSA, 2010, p. 223)

Mais uma vez a mulher (adolescente) por conta das relações de gênero, é colocada como sendo a provedora da situação. Notamos isso muito presente nas respostas das adolescentes mesmo que trazendo a figura paterna, ela aparece muito pouco, a adolescente se mostra como a principal responsável.

Percebemos fortemente no depoimento de Flor de Liz, quando ela coloca

“vou começar a construir esse significado quando sair daqui e ter que me virar, minha mãe vai me ajudar vou começar a construir esse significado quando sair daqui e ter que me virar, minha mãe vai me ajudar, mas sei que vou ter que me virar sozinha,) notamos que ela traz toda a responsabilidade para ela, divide um pouco com a mãe, mas a figura paterna não aparece.

Assim como podemos observar na colocação de SCOTT (2010), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos. Um processo histórico que impõe a maneira de como cada um tem que agir, de acordo com o sexo, aos poucos esse processo tem se transformado.

Conforme em nossa pesquisa, para SAFFIOTI (2010) o conceito de gênero é a construção social do masculino e do feminino, nos remete que gênero também pode ser interpretado como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres.

Apesar dos avanços e conquistas atingidas até hoje, se trata ainda de um senso comum onde à sociedade cobra, é necessário responder às exigências impostas pela igreja, ideologia, familiares. A gestação e maternidade são colocadas de maneira muito forte como responsabilidade da mulher, nesse contexto notamos que acabam sobrecarregadas, sem apoio tanto, psíquica, física e emocionalmente. Lembrando que em nossa pesquisa BEAUVOIR (1949), nos coloca que a mulher desempenha funções as mulheres, não porque são mulheres e sim porque são ensinadas de maneira cultural a ser mulheres. “Não nascemos, mas sim nos tornamos mulher”.

Como citamos em nossa pesquisa GROSSI (2010), a maternidade se trata da condição de ser mãe, desejo de gerar, já o conceito de maternagem se refere aos cuidados com a criança. Cuidados estes que podem ser ofertados por qualquer pessoa, nesse momento o pai pode se utilizar da maternagem, mas como falamos por conta do gênero muitas mulheres detêm como se fosse uma função que cabe somente a elas.

Entendem que a maternidade é um processo de responsabilidades e também de carinho e proximidade, assim como (Tulipa) afirma, “*Ainda não sei direito, só sei que já faz parte de mim me preocupo muito com ela*”, ela transpassa a preocupação e responsabilidades que ela tem com sua filha, as outras adolescentes nenhuma se

mostra arrependida do que aconteceu, entendem que talvez não fosse o momento certo, mas aconteceu e elas acabaram por aceitar a situação.

Percebemos que ao serem questionadas sobre o significado da maternidade, os sujeitos da pesquisa se mostraram um tanto quanto esperançosas, apesar de terem passado por toda uma situação de desespero no início da gestação, percebendo as dificuldades que enfrentaram, principalmente com relação à situação financeira, notamos nessas meninas a capacidade de resiliência que o ser humano possui, se mostram firmes, prontas para assumir o que tiver que vir por frente.

Representa a capacidade de um ser humano de sobreviver a um trauma, a resistência do indivíduo face às adversidades, não somente guiada por uma resistência física, mas pela visão positiva de reconstruir sua vida, a despeito de um entorno negativo, do estresse, das contrições sociais, que influenciam negativamente para seu retorno à vida. Assim, um dos fatores de resiliência é a capacidade do indivíduo de garantir sua integridade, mesmo nos momentos mais críticos. (VASCONCELOS. 2009, p.01)

Elas trazem a capacidade de sonhar ainda que se trate de um futuro incerto, a maternidade planta nelas essa esperança, muitas vezes fruto do contexto em que vivem, de suas histórias de vida, suas experiências vivenciadas, acabam projetando seu próprio amanhã. O ser humano resiliente desenvolve a capacidade de se recuperar, se moldar de acordo com a necessidade enfrentada, a cada obstáculo e a cada desafio. Segundo SOARES (2007. p.01), “quanto mais resiliente for o indivíduo maior será o desenvolvimento pessoal, isso torna uma pessoa mais motivada e com capacidade de contornar situações”. Soares nos mostra que conforme o ser humano vai se tornando mais resiliente a cada situação enfrentada, se torna uma pessoa mais aberta e motivada, com possibilidades de contornar qualquer situação que venha acontecer.

As adolescentes sim mostram possuir uma capacidade de resiliência muito grande, talvez por toda a situação que já enfrentaram no decorrer da gestação, onde se viram apreensivas ao ter que contar para familiares, ao ter que enfrentar os olhares da sociedade e agora ao ter uma vida que depende delas, a qual acabou transformando suas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a aproximação com os sujeitos da pesquisa, nos proporcionou fazer a correlação entre a teoria e a prática, assumimos uma postura investigativa e ao assumir esta dimensão foi muito importante, pois além da mesma se fazer tão presente no Serviço Social, possibilita o processo de compreensão da realidade e contribui na desconstrução do fenômeno a ser estudado.

A pesquisa faz parte de um processo que visa reconstruir, analisar a realidade, investigar, estudar o fenômeno ou expressão da questão social, possibilitando assim uma maior compreensão da realidade.

Para dar vida ao nosso projeto de pesquisa e buscar respostas ao fenômeno em questão, contextualizamos a questão de gênero e a interface com a questão maternidade, relatando as implicações na vida das adolescentes; conceituar o processo da adolescência estabelecendo interlocução com a sexualidade; para finalizar conhecer o perfil, das adolescentes gestantes atendidas no CRAS Graciosa.

Quando nos propusemos entender a questão de gênero, foi possível evidenciar que apesar de hoje em dia existir uma discussão e o tema ser muito abordado em pesquisas, para muitos ainda não se tem claro sobre o conceito de gênero. Entendemos que gênero não vem a ser o mesmo que “sexo” ou condições biológicas, e sim está ligado à construção social, que apresenta diferenças entre o feminino e o masculino, impondo assim uma identidade desenhada.

Damos continuidade trazendo algumas Legislações Sociais direcionadas às mulheres. Como nossos sujeitos de pesquisa são adolescentes mulheres, entendemos importante abordar algumas das leis que protegem este público.

Na sequência abordamos a temática Sexualidade e juventude, para buscar uma aproximação com os sujeitos da nossa pesquisa. A sexualidade é uma dimensão que nos permite fazer uma correlação ao gênero, pois apresenta questões de identidade, envolvimento e reprodução.

Abordamos às Representações sociais, apresentando seu conceito, a representação é uma maneira de saber que faz a ligação entre o objeto e sujeito, um conhecimento em comum, em busca da construção de uma realidade em conjunto. O sujeito em sua realidade cotidiana adquire conhecimento sobre o fenômeno

vivenciado, levar em conta esse conhecimento pessoal de cada realidade, fazendo correlação com a teoria, proporciona uma melhor aproximação com o sujeito e sua realidade, possibilitando assim uma melhor intervenção.

Após percorrermos todo esse caminho voltado para teoria, nos aproximamos da demanda em questão, onde realizamos as entrevistas com sete adolescentes atendidas no CRAS Graciosa, no decorrer dos últimos três meses. A partir de cada questionamento fomos montando um perfil para essas adolescentes, pudemos abstrair a essência do sentimento que cada uma possuía ao fato de ser mãe, e concepção sobre o futuro e suas incertezas.

Apesar de se mostrarem inseguras quanto a enfrentar a realidade, principalmente por fatores econômicos, se mostravam seguras quanto ao fato de serem mães, de possuírem a responsabilidade da maternidade. Temos a impressão de que o fato de ser mãe possibilita uma força, a qual revigora essas adolescentes e as prepara para o futuro mesmo que incerto. Cada uma é detentora de uma realidade, são contextos diferentes, mas em realidades iguais.

Na análise de dados podemos observar que apesar de meninas mulheres, elas se mostram muito responsáveis pela situação, tanto responsáveis que acabam até deixando a figura paterna de lado. O que nos remete a uma discussão de gênero, onde a mulher se responsabiliza por inteiro ao papel da maternidade, da criação e do crescimento da criança.

A partir da realidade e dos estudos, uma das propostas que sugerimos é que um projeto de intervenção do Serviço Social junto com uma equipe multiprofissional, seria de grande importância no enfrentamento dessa expressão da questão social, um trabalho explicativo, um atendimento especializado para essas adolescentes que normalmente chegam muito fragilizadas.

Também sugerimos que os órgãos competentes continuem investindo em campanhas socioeducativas, visando implementar um projeto articulado e integrado, entre as diferentes políticas, articulando as ações que cada setor envolvido pode desenvolver.

Investir em trabalhos voltados para a família, é muito importante, pois as famílias ainda apresentam dificuldades em tratar do assunto com naturalidade, possuem dificuldades em ter uma conversa aberta a respeito com os adolescentes,

por isso a necessidade de um trabalho de sensibilização que atinja aos participantes. Apresentar projetos que esclareçam a sociedade, direcionando as informações ao público-alvo da questão os adolescentes.

Acreditamos que com relação ao Planejamento familiar, deve-se ter um outro olhar, um trabalho diferenciado que se aproxime das demandas populacionais que realmente precisam deste serviço. Um trabalho informativo do programa mais amplo, visando evitar a gestação indesejada e muitas vezes a reincidência.

Os profissionais que participam desse processo, seja em qualquer política pública, precisam participar de capacitações de maneira permanente e continuada, visando adquirir conhecimento e domínio sobre a temática.

Após realizar esta pesquisa, surge a necessidade de acompanhar no CRAS, essas adolescentes por um período, inserindo-as no PAIF – Programa de Atenção Integral a Família², com intenção de possibilitar o acesso direitos e melhor qualidade de vida, bem como aprofundar os estudos, sobre o fenômeno em questão e a realizar novas pesquisas. Outra ação seria criar um SFCV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³, para acompanhamento da adolescente enquanto mãe, bem como da criança, com essas ações desenvolvidas pelo CRAS, será possível dar sequência a essa pesquisa, adquirindo novos saberes, o que, com certeza, para o crescimento profissional é de grande valia.

A pesquisa investigativa é desafiadora, nos instiga a buscar respostas para nossos questionamentos, notamos que a pesquisa deve estar presente em nosso cotidiano, buscando sempre respostas e alternativas de enfrentamento as expressões da questão social.

Assim finalizamos com o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

² <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>

³ <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

ANEXO 01

Roteiro da entrevista

Nome: _____ Idade: _____

Atualmente, você está morando com quem?

Você está estudando?

Com quantos anos engravidou?

É a primeira gestação?

Parou de estudar/trabalhar por conta da gravidez?

Você está trabalhando atualmente?

() não () sim. Qual atividade exerce?

Em algum momento, você sentiu vontade de interromper a gravidez?

A sua gravidez é:

() desejada () aceita () indesejada () planejada () outro

Porque você acha que engravidou?

() descuido () desejo próprio () falta de informação

() descuido e falta de informação () outro

Como você imagina que vai ser o futuro da sua família?

() muito difícil () difícil () razoável () um pouco difícil () sem dificuldades

Qual é a idade do pai do seu bebê? Ele te deu apoio?

Como você se sente com relação a todo esse novo contexto (gestação, maternidade, responsabilidades).

Quais as dificuldades que você enfrentou enquanto estava grávida, e quais você acredita que enfrentará daqui para frente?

Qual o significado da maternidade para você?

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Ângela. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf> Acesso em 20 de abril. 2016
- Altmann, Helena. A Sexualidade adolescente Como foco de Investimento político-social. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200012 acesso em 25 de março 2016
- BRASIL. Lei 10406, de 10 de jan de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em 20 abril. 2016
- BRASIL. Lei 3071, de 01 de jan de 1916.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=79402> Acesso em 20 abril. 2016
- BRASIL. Lei 9263, de 12 de jan de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm Acesso em 20 abril. 2016
- BRASIL. Lei 12034, de 29 de set de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112034.htm Acesso 20/04/2016
- BRASIL. Lei 10421, de 15 de abril de 2002.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10421.htm Acesso em 20 abril. 2016
- BEAUVOIR, Simone de. Simone de Beauvoir e a Emancipação da Mulher. Disponível:http://www.redescola.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=465:carrapato-estrela-&catid=41:destaques&Itemid=53 Acessado em 15 de abril de 2016.
- BONETTO, Darci Vieira. **Gravidez na Adolescência**. Disponível em: http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/19_Gravidez-na-adolescencia.pdf acessado 15 de dez 2015.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayeres. **A Pesquisa sobre Representações Sociais no Contexto do Serviço Social**. Revista emancipação, Vol. 1, No 1 (2001). p.77-88
- CAMPOS, Elza Maria. **Trabalho Gênero e Violência: Uma articulação necessária**. Projeto para programa de pesquisa, Unibrasil. 2009.
- CANTONE, ALAIDE D. **O Atendimento à Saúde integral do Adolescente na área Hospitalar e da Saúde**. Disponível em: <http://www.cepps.com.br/item23601.Asp> acessado em 15 de abril 2016.
- ENÉAS, Correa. **Conhecendo Maria da Penha**. São Paulo, 2007, pg 01.
- Gravidez na adolescência**. Ministério da Saúde, 2010. <http://portalsaude.saude.gov.br/> Acesso em 25 de março. 2016

GROSSI, Esther Pillar. **Gênero e as novas ideias sobre aprendizagem**. Disponível em: <http://www.geempa.org.br/html/producao/artigos/genero.htm>
Acesso em 12 jul. 2010

GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal**. Masculino, feminino, plural: o gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.p.293-313.

IBGE-http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#pesquisas. Acesso em jan. 2016

HOUZEL, Suzana Herculano. O cérebro em nova transformação. Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/o-cerebro-em-nova-transformacao> acessado o em 30 de abril 2016.

LAYANG, Giorgia. **A Gravidez na Adolescência**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/biologia/gravidez-adolescencia.htm> Acesso em 07 de dez.2015

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalistas**. Petrópolis, RJ:Vozes,1997.

LOURO, G. L. Segredos e mentiras do currículo. **Sexualidade e gênero nas práticas escolares**. In: SILVA, L. H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes.98

LOPES, M.J.; MEYER,D.E.; WALDON, Vera. (organizadoras) – **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MACHADO, Débora Hesse. **A Dinâmica Familiar aliada ao Serviço Social Contemporâneo**. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/37315342/DINAMICA-FAMILIAR-SESO> Acesso em 20 de abril 2016

MIOTO, Célia Tamaso. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: v.18,n.55, nov.1997.p.114-130

MOTTAT, Maria Aparecida. **A Maternagem e o seu espaço no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ano 1992**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/44978/48590> Acesso em 30 abril. 2016.

MURARO, Rose, Marie. **Entrevista para Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518182-o-feminismo-transformou-o-mundo-entrevista-especial-com-rose-marie-muraro> acesso em 13 de abril 2016

O conceito de Gênero procura explicar as relações entre homens e mulheres
Revista, GÊNERO de onde vens para onde vais? p.15. CUT. Escola Sul. Núcleo Temático de Gênero.

PAOLI, Maria Célia. **As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero**.
Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, out., n. 31,1991, p. 107

PINHEIRO, Verônica de Souza Pinheiro. **Repensando a maternidade na adolescência.** Estudos de psicologia. (Natal) vol.5 n.1 Natal Jan./June 2000. ISSN 1413-294X.

Plano de Ação CRAS Graciosa, pg 7, ano 2016.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília/2005. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf Acesso em 06 de maio. 2010

PONCHECK, Dione; WITIUK, Ilda (org). **LEGISLAÇÃO SOCIAL:** Cidadania, políticas públicas e exercício profissional. Curitiba: Conselho Regional de Serviço social – CRESS 11ª Região, 2006.

RÉ, Roxane. **Brasil ocupa pior colocação em ranking de diferenças salariais entre os sexos.** Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/32154> Acesso em: 28/05/2016

SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf> Acesso em 29/04/2016

SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SCOTT, Joan. **Entrevista com Joan Wallach Scott. Revistas Estudos Feministas,** v.6,n.1,1998, p.114-124. Disponível:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12037/11314>. Acesso em 12/04/2016.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** Educação e realidade. Porto Alegre, 16(2): 5-22 jul/dez. 1990.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Disponível em:

<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf> Acesso em: 08 de março de 2016.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Especial Criança e Adolescente.** ISSN-0101-6628 ano XXVI – n.83, setembro 2005, editora cortez.

SILVA, de Aparecida varela. **A MULHER E O DIREITO:** Os Mecanismos de Proteção e Garantia com foco na Lei Maria da Penha. Monografia, Unibrasil, 2009.

SILVEIRA, M^a Lucia da. Revista Presença da Mulher. **Políticas Públicas de Gênero:** Impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. Out. 2003. vol. 45. XVI. p. 1-7.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **Gênero no Mundo do Trabalho.** Cadernos de Gênero e tecnologia. ED. UTFPR, n.1, 2005.

SOARES, Leonardo Grapeia. **Resiliência.**2007. Disponível em:

http://www.ogerente.com.br/novo/colunas_ler.php?canal=6&canallocal=27&canalsub2=86&id=398 acessado em 12 de jan. 2016

SOUZA, Paulo Luis Rosa; SOUZA, Maria Rota. **A Ideologia Científica como responsável pela patologia do vínculo Mãe-Filho**. São Paulo, 1984.

STANCKI, Nanci, Luz da; CARVALHO, Marília, Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir, Salete (organização). **Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, M. Clary. **Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências**. Psicologia e sociedade. Julho/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a09.pdf> Acesso em 20 de abril. 2016.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. **Resiliência**. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/sandrasvasconcelos-resiliencia.htm acessado em 13 de março de 2016